

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## NUMISMÁTICA DE D. JOÃO V.

COUVREUR, Raul da Costa

Ano: 1955 | Número: 65

---

### Como citar este documento:

COUVREUR, Raul da Costa, Numismática de D. João V. *Revista de Guimarães*, 65 (3-4) Jul.-Dez. 1955, p. 361-372.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# Numismática de D. João V

---

Uma hipótese acerca de certos elevados e desconhecidos valores em ouro, que se diz terem sido enviados por D. João V ao Papa Clemente XI por motivo da criação do Patriarcado de Lisboa.

PELO ENG.º RAÚL DA COSTA COUVREUR

Vogal da Junta Nacional de Educação  
Presidente da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

---

1 — Ao estudo da moeda corrente em território português no seu aspecto global, iniciado incompleta e elementarmente em 1625 por Manuel Severim de Faria no *Discurso IV* das suas «*Notícias de Portugal*», continuado já com outras características sucessivamente nos fins do século XVIII por D. António Caetano de Sousa no Volume IV da sua «*História Genealógica da Casa Real*» e já no século XIX por Manuel Bernardo Lopes Fernandes com a sua «*Memória das Moedas Correntes de Portugal desde o tempo dos Romanos até 1856*», pôs a pedra de fecho na sua parte mais copiosa e importante Carlos Augusto Teixeira de Aragão com a publicação, de 1875 a 1880, dos três volumes da sua monumental obra, «*Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis Regentes e Governadores de Portugal*».

A generalidade com que a moeda foi por aqueles autores pesquisada desde D. Afonso Henriques e a profundidade da documentação de que especialmente o último — Aragão — cercou as suas informações, fazem com que, depois deste autor, os trabalhos sobre a moeda em Portugal apenas tenham incidido sobre espécies isoladas, conhecidas dos autores citados umas, desconhecidas outras, sobre espécies que por determinadas particularidades ou investigações complementares têm permitido um melhor conhecimento das leis de formação e de vida das séries a que pertencem, tenham visado realizar uma com-

pilação do que se tem escrito e uma catalogação mais actualizada e pormenorizada dos valores portugueses conhecidos, ou ainda finalmente com esses trabalhos apenas se tenham pretendido esclarecer, ou tentado trazer esclarecimentos a passos que Aragão, mais ou menos considerou, mas deixou em suspenso.

Tal o âmbito dos trabalhos sobre a nossa moeda e em especial o valor da obra de T. de Aragão, que se mantem ainda hoje a tantos anos já da sua elaboração, tal o panorama a que se circunscrevem os trabalhos da numismática portuguesa na actualidade.

2—Várias circunstâncias têm-me proporcionado encontrar esclarecimentos subsidiários a alguns desses passos, conseguindo, segundo penso, completar informações de Aragão quanto a uns, carrear apenas achegas para mais amplo esclarecimento, quanto a outros.

A presente *Nota* pertencendo ao segundo aspecto quanto a resultados obtidos, e apenas tendo o mérito de eliminar caminhos a enveredar por outros investigadores, resume-se ao exame de antecedentes que podem justificar a essência do facto enunciado nas palavras que lhe servem de título, à descrição dos esforços que dispendi para encontrar justificação documental que o esclarecesse, terminando por uma hipótese de solução, que a improficuidade dos meus esforços me não permite apresentar senão como tal, baseada na análise comparativa dos aspectos, que se me afigura a efectivação do facto podia ter revestido.

3—A referência ao assunto que a esta *Nota* serve de título, encontra-se a páginas 87 do Volume II da «*Descrição das Moedas*» de T. de Aragão, e é do teor seguinte:

«*D. José Aldama Ayala no seu «COMPENDIO GEOGRÁFICO-ESTADÍSTICO DE PORTUGAL Y SUS POSESIONES ULTRAMARINAS» diz a paginas 48 sem declarar, no entanto, onde colheu a noticia, o seguinte:*  
«*Cuando la creacion del patriarcado de Lisboa hizo acuñar D. João V 200 piezas de oro (moedas) del valor cada una de 96.000 reis, de las*

*que remetio al Papa 100, distribuendo las restantes entre sus cortejanos. Estas monedas por consiguiente non están en circulacion, pero se conservan una rareza por los pocos que las poseen ».*

Informação que Aragão comenta:

*« Muitas vezes temos ouvido citar estas moedas, mas até hoje, não pudemos ver alguma, nem achámos escrito o mais pequeno indício de se haverem cunhado mesmo como ensaio ».*

Esta frase, dada a minuciosa investigação a que Aragão se entregou para a feitura da sua obra, manteve durante muito tempo no meu espírito a convicção de bem expressar que o assunto estava liquidado.

Hoje, no entanto, mercê de factos que vou narrar, nele paira a dúvida de se os valores em questão sob qualquer forma não teriam realmente existido.

4—Com efeito, encontrando-me em certa ocasião com um ilustre diplomata, com cujas deferências muito me honro, esse Senhor, não desconhecendo que me tenho dedicado a assuntos numismáticos, disse-me afigurar-se-lhe existir qualquer referência aos valores em ouro, em questão, numa obra de um Padre jesuíta português de nome José Novais.

Esta notícia, como é natural, alvoroçou-me na suposição de encontrar a fonte onde Ayala topara a informação e antevendo conhecer o *facies* dos desconhecidos valores a que ele se referia.

Procurei encontrar obras do Padre José Novais na Biblioteca Nacional de Lisboa, na da Academia das Ciências, na de Mafra, na de Évora, na de Braga e na da Companhia de Jesus, etc., sempre porém sem resultado, apenas colhendo a informação, nesta última, de que se tratava de um erudito investigador. Nalgumas Bibliotecas, não apenas não existiam as obras, como mesmo o autor não era conhecido.

Já desanimava, quando o Senhor Doutor João Pereira Dias, ilustre Professor da Universidade de Coimbra, em face do pedido que lhe fizera quanto

à Biblioteca daquele estabelecimento de ensino, muito amavelmente me informou que na obra «*Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*» encontrara a seguinte referência :

*Novaes — Joseph — né à Vila Real (Portugal) le 16 Avril 1736, entra dans la Compagnie de Jesus le 9 Octobre 1753. Il fût deporté en Italie. Après 1773 il fût nommé théologien du Cardinal Zondadari évêque de Sienne et pourvu d'un canonicat dans la même ville. Il mourut vers 1822.*

e a seguir a enumeração das suas obras.

Elementi della storia dei Sommi Pontefici raccolta del canonico Giuseppe de Novaes — 1752-1775,	6 volumes
Idem, 2ème edition — 1802-1806,	14 volumes
Idem, 3ème edition — 1821-1822,	17 volumes
Idem, nuove ed. s/d,	21 volumes

Evidentemente devia tratar-se de obra de valor, confirmando a informação que tinha do seu autor, pelo número de edições, certamente desconhecida a Aragão e que possivelmente me elucidaria sobre o assunto.

De posse do nome da obra do Padre Novais, voltei a procurá-la e sabendo que nenhuma das edições se encontrava nas nossas Bibliotecas, permiti-me por intermédio de amigo comum, dirigir-me ao Rev. Padre Dr. Joaquim Carreira, ao tempo Reitor do Colégio dos Portugueses em Roma, que teve a gentileza de me informar que nos volumes 12.º, 13.º, 14.º e 15.º da 3.ª edição das obras do Padre José Novais, nas quais se expõe a história dos Pontífices, desde Clemente XI, que pela Bula «*In Supremo Apostolatus Solio*» de 7 de Novembro de 1716 instituiu o Patriarcado de Lisboa, a Bento XIV, que pela Bula «*Salvatori Nostri Mater*» de 13 de Dezembro de 1741, anulou a instituição dos dois arcebispos que até então havia na cidade, e se relatam consequentemente as relações durante os dois Pontificados entre Portugal e a Santa Sé, se não encontrava qualquer notícia relativa aos valores que me interessava conhecer.

Baldadas foram também as minhas diligências na busca de qualquer informe, na «*História Ecclesiástica*» do Senhor Doutor Fortunato de Almeida, nos «*Subsídios para a História do Patriarcado*» e em «*D. João V e a Santa Sé*» de autoria do Senhor Doutor Eduardo Brazão, e noutras obras que consultei.

Não tendo pois podido encontrar documento escrito que me elucidasse sobre o problema, e não tendo o ilustre diplomata que me levava a interessar por ele podido dar-me mais informes sobre o passo a que se referira, solicitei da sua gentileza que, socorrendo-se da elevada posição que então ocupava no Vaticano, se dignasse obter informações sobre a existência dos valores em questão.

Correspondendo, como sempre, à impertinência das solicitações do pesquisador, o ilustre Embaixador de Portugal junto da Santa Sé teve a amabilidade de me informar que tanto Monsenhor Angelo Mercati, a cujo cuidado estavam confiados os arquivos do Vaticano, como o Governador deste Estado sob cuja superintendência estão os Museus, tinham afirmado que nem nos primeiros se encontrava qualquer documento que à oferta em questão se referisse, nem nos segundos peça alguma existia das que me interessavam, acrescentando que a terem sido oferecidos os valores indicados no «*Compendio*» não tinham eles entrado no Património da Santa Sé, mas teriam sido considerados propriedade particular do Pontífice.

Perante o que longamente tenho vindo expondo, os meus anseios por encontrar documento escrito que justificasse a asserção de D. José Ayala sofreram novo desvanecimento, as minhas esperanças de materialmente encontrar confirmação das suas palavras desapareceram totalmente, os meus esforços para tentar desvendar o problema considerei-os definitivamente sossobrados!

\*

5—Sobre as frases, porém, do escritor castelhano, que o mau êxito das minhas pesquisas faziam esfumar no meu espírito, destacavam-se, no entanto, perturbando-me, as palavras de Aragão... «*muitas*

vezes temos ouvido citar estas moedas...», o informe que me fizera voltar a interessar pelo assunto..., a hipótese apresentada pelos altos funcionários do Vaticano, e... «o ser fraqueza desistir da coisa começada!»

A minha atenção para o assunto ficara naturalmente despertada e, relendo o comentário de Aragão à informação do «*Compendio Geográfico y Estadístico*» que de começo transcrevi, a minha convicção primitiva e o meu desânimo subsequente voltaram a modificar-se. Julgando pressentir que no espírito de Aragão a dúvida persistia e considerando que, se não pudesse resolver o problema, no entanto poderia formular quaisquer suposições, voltei a retomar o assunto pois realmente o facto na sua essência tinha precedentes que lhe podiam emprestar cunho de veracidade e consequentemente realização sob qualquer forma no seu pormenor.

Efectivamente na nossa História encontra-se por mais de uma vez notícia de as concessões de Roma, solicitadas pelos nossos monarcas, terem sido retribuídas com dádivas diversas e entre elas as de espécies em ouro, designadas umas vezes apenas pelo peso, o que permite a suposição de se tratar de barras, outras vezes por valores cunhados, normais ou excepcionais. Assim se deu, como é bem conhecido, com a concessão do título real ao nosso Rei D. Afonso I e seus sucessores pelas duas Bulas «*Manifestis probatum est argumentis*» de 1179, do Papa Alexandre III ao citado monarca, e de 1190 de Clemente III a D. Sancho I, levando à retribuição a Roma com o *censo* anual de *Quatro onças* de ouro, posteriormente elevada a *Dois Marcos* ou a *100 Bizâncios* ou *Aureos*, isto é, peso equivalente.

Não interessando porém para o assunto que pretendo tratar a investigação e o conhecimento da evolução que tais dádivas tiveram na sequência dos nossos monarcas, apenas me continuarei referindo a factos igualmente, como os anteriores, de geral conhecimento mas que pelas ilações que permitem tirar podem justificar, afigura-se-me, a afirmação de Ayala.

Tais foram, o uso que houve de presentear com barras ou espécies cunhadas pessoas de relevo em

ocasiões excepcionais, a embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X onde essas espécies, com cunho que se ignora qual fosse, foram porém de excepcionais dimensões, e a embaixada de D. João V a Clemente XI na qual, pelos dizeres de Ayala, se pode supor que figurariam as peças que pelo seu valor também seriam excepcionais pois não correspondiam a espécies em uso.

Com efeito, Aragão refere-se ao facto primeiramente indicado, citando por exemplo a oferta que em determinada ocasião foi feita de barras de ouro a um embaixador da Senhoria de Veneza, e considera também que a raríssima peça denominada *Dobra de 24 Escudos* de D. João V, pesando 85 gramas aproximadamente, teria a mesma finalidade de presenteamento pois as suas características deviam afastá-la do uso comercial, aludindo também a várias medalhas que para tal fim foram especialmente cunhadas, não devendo porém esquecer-se que estas peças, dado o nome dos gravadores e a perfeição dos cunhos, tinham a categoria de retratos.

O ilustre numismata espanhol D. Casto Maria del Rivero, no seu interessantíssimo trabalho «*Las Doblas Mayores Castellanas*», dá notícias de várias espécies em ouro de valor e dimensões excepcionais, cunhadas em vários reinados, e nomeadamente nos de Felipe III e IV, como os *Cien Escudos* ou *Centen* pesando 338 e 351 gramas que, não obstante o erudito P.<sup>o</sup> Liciniano Saez asseverar que tinham corrido como moeda, o notável numismata considera, de acordo com Heiss que tão pormenorizadamente estudou a numismática espanhola, que seriam, pelo menos principalmente, destinadas a ofertas, não só em virtude do peso e módulo que tinham, mas também porque o estado de conservação em que se encontram assim permite supor.

A possibilidade de se tratar de moedas, conforme as palavras de Ayala, ainda mesmo que essas peças não tivessem efectivamente entrado em circulação, não perde porém plausibilidade.

Assim Aragão, a propósito da magnificente embaixada de Tristão da Cunha no reinado de D. Manuel ao Papa Leão XI, preparatória da concessão



do Padroado do Oriente, transcreve de Damião de Gois a afirmação de que dos presentes extraordinários de que o embaixador era portador, faziam parte «*moedas de oiro lavradas para esta ocasião, raras à vista pela grandeza e por ser cada uma do peso de quinhentos escudos*».

Duarte Nunes de Leão referindo-se ao mesmo facto diz porém que «*as peças eram de quinhentos cruzados*», denominação mais em harmonia com a designação portuguesa das espécies correntes em Portugal na época.

Ora como o «*Português*», a maior moeda de oiro da época, correspondente a 10 *Cruzados*, pesava aproximadamente 35 gramas, as peças de *quinhentos cruzados* pesariam 1750 gr.!

Bem dizia Duarte Nunes de Leão que «*estas peças com os cunhos de Portugal pareciam grandes maçães!*»

Não é pois de estranhar, dados estes antecedentes, que a conhecida liberalidade de D. João V manifestada sob tantas formas grandiosas que chegaram até nós e, para o caso, também as suas persistentes insistências junto da Santa Sé, não só nos incidentes com os Núncios Bichi e Firrao, que tão importantes somas custaram ao País, mas principalmente na obtenção das prerrogativas para a Patriarcal e no faustoso aparato com que fez realizar a embaixada do Marquês de Fontes a Clemente XI, em retribuição da Bula «*In Supremo Apostolatus Solio*», tivesse feito incluir entre os presentes ofertados espécies monetárias no valor de 20 *moedas* a que Ayala se refere.

8— Todo o exposto me levou pois, não só a supor viabilidade à asserção, quer quanto ao facto quer quanto à forma, relatada por D. José Ayala e que a sua realização tivesse revestido o aspecto de moeda de valor fora do usual, mas também possivelmente a admitir que a realização tivesse revestido outro aspecto.

De posse desta convicção, permitir-me-ei agora passar a considerar as variantes, no aspecto material, que, segundo se me afigura, poderia ter revestido a oferta de D. João V.

9 — Antes, porém, e sem o menor melindre para a memória do seu autor, referir-me-ei à seguinte informação de T. de Aragão.

Diz este autor :

« *Sua Magestade El-rei o Senhor D. Luiz visitando a Casa da Moeda na direcção de Betamio de Almeida, mandou ali tirar com o cunho do n.º 23, mas com diversa serrilha, dois exemplares com o peso correspondente a Vinte Moedas, daquela época (60 oitavas) que poderá no futuro autenticar a tradição* ».

Analisando esta informação direi que valendo cada *Moeda*, 4.800, e sendo o peso de cada uma 3 oitavas, os exemplares mandados cunhar pelo Senhor D. Luís corresponderiam realmente a 96.000 reis, pesariam 60 oitavas e teriam a data de 1731, que tal é a dos cunhos arquivados na Casa da Moeda, sendo do 2.º tipo de moedas de ouro começadas a mandar bater por D. João V em 1722, que apresentam no anverso a effigie do monarca e no reverso as armas do reino.

Ora na ocasião da criação do Patriarcado, 1716, as moedas eram ainda do 1.º tipo do reinado, isto é, armas nacionais no anverso e Cruz de Cristo no reverso; portanto, afigura-se-nos que os exemplares mandados fazer pelo Senhor D. Luís não poderão *autenticar a tradição* em virtude da data que apresentam.

E ainda mesmo com os verdadeiros exemplares do n.º 23 de Aragão — *A Dobra de 24 Escudos* — a confusão não é de recear porque os verdadeiros devem pesar 24 oitavas e os mandados cunhar por El-Rei D. Luís pesam como se disse 60.

Na ordem dos valores elevados, abriram-se, no tempo de D. João V, cunhos do 1.º tipo para *Quatro e Duas Moedas*, e para *24 e 16 Escudos* do 2.º tipo.

Do primeiro diz Aragão não haver exemplar algum, mas que existe o cunho na Casa da Moeda; do segundo diz haver um exemplar na colecção Eduardo Carmo, existindo também na Casa da Moeda o cunho. Quanto a exemplares do terceiro, diz Ara-

gão só existir o da colecção real, mas eu conheci ainda outro na do Dr. Borralho. Finalmente, pelo que respeita a exemplares do quarto cunho, Aragão diz conhecer três exemplares, existindo os cunhos tanto de um como de outro na Casa da Moeda.

De *Vinte Moedas*, porém, não se conhece exemplar algum, nem os cunhos.

As espécies de *Quatro* e *Duas Moedas* pesavam respectivamente 864 e 432 grãos, seja aproximadamente 43,031 e 21,511 gramas; consequentemente a de *Vinte Moedas* pesaria 215,151 gramas.

Admitindo que a espessura desta moeda fôsse a mesma da de *Quatro Moedas*, que tem 37<sup>mm</sup> de módulo, a da de *Vinte* seria de 81<sup>mm</sup>. Se ao contrário se admitir que o módulo da de *Quatro* e de *Vinte Moedas* fôsse o mesmo, a espessura desta seria 5 vezes a da primeira.

Afigura-se-me que o peso e as dimensões indicadas tornariam a espécie imprópria para uso corrente, pois o exemplar, cunhado neste reinado, de mais elevado peso e módulo, e que é o maior nestas características da numismática portuguesa, a célebre *Dobra de 24 Escudos* já referida, tendo 53<sup>mm</sup> de módulo e pesando 85 gramas, só foi cunhada como ensaio.

Finalmente, o facto de além de não ser conhecido nenhum exemplar da espécie de *Vinte Moedas*, nem ao menos existirem os cunhos, dá-me o que não quero chamar mais do que impressão de que tal peça não existiu, como *Moeda*.

Aragão tinha opinião análoga porque noutro lugar diz:

«*Inclinamo-nos a crêr que taes moedas não passem de confusão com algumas medalhas de ouro de igual peso que hoje desconhecemos, e em apoio desta opinião temos o Aviso de 30 de Agosto de 1735 mandando abrir a Mengin um cunho de medalha conforme desenho que se lhe havia entregue*».

Evidentemente, pela data, este Aviso não confirma mais do que a possibilidade de por forma igual

D. João V ter mandado cunhar quaisquer medalhas para o efeito que estou considerando, tanto mais que são conhecidas medalhas deste Rei cujos cunhos se não encontram na Casa da Moeda, e já atrás me referi a valores cunhados especialmente para ofertas.

O conjunto das observações expostas leva-me a considerar, como Aragão, que há mais razões para pensar que as espécies que se diz terem sido enviadas para Roma poderem ter sido *Medalhas*, a que não havia motivos para limitar módulo e peso, do que *Moedas* como a redacção de Ayala no entanto faz supor.

Admitindo então a hipótese — medalha — servindo-me das indicações do autor espanhol, verifico que a cunhagem das espécies indicadas teria sido de 200 exemplares.

Ora uma *medalha* é sempre um objecto com características mais artísticas do que uma *moeda* e, então, não posso deixar de considerar com estranheza, que no Museu do Vaticano se não encontre nenhum exemplar de tais medalhas e que tivessem chegado até nós valores batidos em número limitado, como foram os ensaios das moedas de valor elevado a que atrás me referi, mas que, pelo contrário, nenhuma das possíveis 100 medalhas ofertadas aos cortesãos, quer guardadas ciosamente pelos seus felizes possuidores, quer reveladas pelos azares da vida em qualquer venda, se não tenham tornado conhecidas!

Este desaparecimento total de 200 medalhas, das quais 100 não teriam saído do Reino, fazem formar no meu espírito a persuasão de que a dívida de D. João V ao Papa Clemente XI não teria também sido constituída por medalhas.

10 — Expostas as razões porque se me afigura que os valores enviados para Roma não teriam sido nem moedas nem medalhas, resta uma terceira hipótese — a de eles terem revestido a forma de barras de ouro, o que, pelos exemplos atrás apresentados, se me não afigura impossível, pois, ainda que talvez ornamentadas com qualquer cunho indicativo da proveniência mas sem aspecto, especialmente artístico, que as não tornasse mais apreciáveis do que pelo

seu simples valor venal, se justifique talvez o completo desaparecimento, tanto em Roma como em Portugal, de vestígios de mais esta manifestação de opulência do nosso monarca mais faustoso.

12 — A hipótese de conclusão que me permito apresentar para este ensaio sobre o problema que me propuz tratar, de que os valores a que se refere o escritor espanhol teriam possivelmente sido constituídos por barras, poderia talvez, pela forma como a ela chego, conduzir-me a considerar esclarecido o assunto. Certamente por deformação profissional sou porém sempre avesso a conclusões definitivas, quando elas se não apoiam em bases que permitam o clássico *quod erat demonstrandum*; e assim, limito-me a apresentá-la como uma simples hipótese de solução, que apenas me atrevo a considerar logicamente aceitável na dedução, convicção que no entanto ao mesmo tempo não impede que pelo meu espírito continui perpassando aquela dúvida, a que de começo me referi, justificativa do meu desejo de que outros persistam em procurar a certeza que eu infelizmente não consegui encontrar.